



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

## **A MÍDIA NO TRECHO**

Um estudo de recepção junto a trecheiros albergados em Florianópolis

Gabriel Luis Rosa  
2010

GABRIEL LUIS ROSA

**A MÍDIA NO TRECHO**

Um estudo de recepção junto a trecheiros albergados em Florianópolis

**Monografia apresentada como requisito final à obtenção de título de bacharel em Jornalismo pelo Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Aglair Bernardo.**

BANCA EXAMINADORA

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gislene Silva – Departamento de Jornalismo da UFSC

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Weidner Maluf – Departamento de Antropologia da UFSC

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Aglair Bernardo, orientadora – Curso de Cinema da UFSC

Florianópolis, dezembro de 2010

*Acho que tenho coração bom e pensamento positivo. Nunca pratiquei crime e nem pretendo o mal de ninguém. Eu tenho angústia, às vezes, mas não sou mal encarado. Pareço com Chico Buarque.*

Trecheiro de 31 anos, em entrevista a Marilene Di Flora

*Deus ajude os trecheiros!*

“Gordo”, trecheiro albergado em Florianópolis

## AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha graduação, entrei em contato com diversas técnicas e áreas do conhecimento nas quais eu poderia desenvolver este trabalho. Entretanto, se eu optei pelo desenvolvimento de uma monografia, e mais especificamente, pelos Estudos de Recepção, muito provavelmente isso se deve à influência da orientadora desta pesquisa, Aglair Bernardo, uma jornalista e antropóloga sensível e prestativa ao extremo. Esta, que me ajudou desde muito antes da escolha do tema até em estudos muito menos focados e que me ajudaram na compreensão de um tema tão delicado, também me ensinou a perceber que um TCC não deve ser um fardo na vida acadêmica, e – mais importante ainda –, que a ciência não precisa ser algo tedioso. Sem ela, esta monografia jamais existiria.

Aos meus pais, Paulo e Raquel, que tantas vezes vieram para Florianópolis para me acudir em momentos críticos dos últimos quatro anos, devo também este trabalho. São duas pessoas que sempre deixaram claro o quanto gostariam de me ver morando com eles novamente, mas que nunca pensaram em impedir de maneira alguma minha vida em Florianópolis. Acredito que, neste período, minha amizade com eles cresceu muito, e isso me deixa extremamente satisfeito.

Outra pessoa a quem agradecerei eternamente a possibilidade de estudar é minha tia e madrinha Ziza, que confiou na minha capacidade mais do que qualquer outra pessoa provavelmente já fez. Se, desde o Ensino Médio, foi ela quem mais me incentivou a percorrer o caminho que percorri, como madrinha ou como amiga, devo a esta pessoa de coração mole muito mais do que ela imagina.

Sou grato também aos professores do Departamento de Jornalismo da UFSC, que muito me ajudaram em meu percurso ao longo dos últimos quatro anos; e em especial à professora Maria José Baldessar, a Zeca, que em vários momentos se mostrou uma pessoa muito solícita e amigável, além de depositar muita confiança em mim.

Por fim, agradeço a meus irmãos, Paulo Lillo Rosa e Débi Cristina Rosa, e a meus melhores amigos, todos estes que me ajudaram a me tornar o que sou. Cada um deles, próximos ou à distância, modificou infinitamente o rumo de minha vida, e espero ter feito o mesmo com eles: Felipe Zuri, Otávio Wobeto, Dudu Petermann, Lihue Impaléa, Marcelo Andreguetti, Diego Bacura Vargas, Xandy Silveira, Jessé Torres, Joana Zanotto, Júlia Albertoni, Marcos Borges Rodrigues, Fernando Musa e Dierre Pichorz.

**RESUMO:** Os “trecheiros” são indivíduos que apresentam um alto grau de nomadismo, migrando entre cidades com bastante frequência e constituindo-se como parte da chamada “população de rua”. Esta pesquisa realiza um estudo da recepção das notícias veiculadas pela imprensa junto a tais indivíduos na cidade. Para tal, são utilizadas as técnicas da pesquisa de campo características da etnografia urbana, além de um aprofundamento teórico sobre os temas tratados no estudo e da área dos Estudos de Recepção.

**Palavras-chave:** Estudos de Recepção; andarilhos; nômades urbanos; trecheiros; Etnografia Urbana.

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	7
<b>2 Construindo e problematizando o objeto</b> .....	9
2.1. Desviantes e <i>outsiders</i> .....	14
2.2. A vida no trecho .....	19
2.3. O universo midiático contemporâneo .....	21
2.4. Metodologia .....	26
<b>3 O campo</b> .....	30
3.1. O albergue .....	32
3.2. Descrição do material recolhido durante visitas a campo .....	33
<b>4 Considerações finais</b> .....	44
<b>5 Referências</b> .....	46

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, caracterizado como um Estudo de Recepção, aborda um ambiente pouco explorado nas Ciências da Comunicação: a relação entre a paisagem midiática e o universo dos moradores de rua. Tendo em vista a complexidade e heterogeneidade desse universo, foram eleitos neste estudo os indivíduos que se intitulam “trecheiros”, também denominados andarilhos ou nômades urbanos, como sujeitos alvos da pesquisa. O estudo buscou conciliar repertórios teóricos oriundos tanto da área de Comunicação quanto da Antropologia Social, partindo-se da perspectiva que o emprego do método etnográfico tem contribuído de modo significativo para os Estudos de Recepção, além de desenvolver estudos aprofundados com grupos considerados marginais na sociedade.

A pesquisa etnográfica é um método muito peculiar e que se assemelha muito a recursos utilizados no jornalismo. Entretanto, se uma preza pelos longos períodos de convivência com o objeto e uma “interpretação densa” de sua realidade (GEERTZ, 1997), a segunda caminha na direção oposta, buscando a objetividade e um certo afastamento – mesmo que a objetividade completa seja inalcançável – entre o repórter e sua fonte (LAGE, 2008). Conciliar esses dois tipos de experiência – sendo que, ao longo da graduação em Jornalismo, tive muito mais contato com uma delas – foi uma tarefa penosa, e só foi possível com o apoio de minha orientadora e uma grande revisão bibliográfica sobre o tema.

A possibilidade de um convívio mais intenso e sistemático com o universo dos trecheiros albergados em Florianópolis permitiu a construção de um modo de olhar o outro e de um tipo de interação raro em minha formação na graduação, onde as entrevistas e o exercício de observação direta mais prolongados colaboraram para eu ir além de entrevistas mais superficiais, chamando atenção para a riqueza do universo de meus entrevistados. Essa percepção deixou clara a dificuldade que essas populações possuem em ter acesso às coisas que nos parecem banais como, por exemplo, assistir televisão à noite ou ler uma revista.

É importante observar que o trabalho com moradores de rua é dificultado pelo receio que os próprios demonstram em se relacionar com pesquisadores e pela falta de informação específica sobre essas populações, como dados do IBGE ou de Secretarias do Bem Estar Social. Ao trabalhar com os trecheiros, como fiz nessa monografia, a

dificuldade se torna ainda maior ao se considerar suas características nomádicas, tornando quase impossível uma quantificação precisa e o cruzamento de informações sobre essas pessoas (CARDOSO, 2009).

Espero com este estudo demonstrar que as questões nele tratadas possam contribuir para o avanço de questionamentos e problematizações que envolvem a paisagem midiática contemporânea e sua relação com grupos sociais situados à margem desse processo.

## 2. CONSTRUINDO E PROBLEMATIZANDO O OBJETO

Moradores de rua, sem tetos, trecheiros e “pardais”, sozinhos ou em grupos, compartilham o cotidiano urbano constituindo um universo de relações extremamente complexo de produção de significados no espaço público das cidades. Sob a designação genérica de moradores de rua ou, ainda, “mendigos”, suas especificidades não ficam claras ao passante mais comum, assim como são imprecisos números e informações sobre a população que vive nessas condições no Brasil (ARAÚJO, 2003, p.88).

O trabalho com moradores de rua enfrenta o desafio da pouca precisão em pesquisas quantitativas. “Por não terem domicílio fixo, os moradores de rua são ‘cidadãos invisíveis’, excluídos do universo pesquisado nos censos oficiais. A falta de informações dificulta as ações de governo nessa área” (FOLHA ONLINE, 2005). Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, existem hoje no Brasil cerca de 48 mil pessoas em situação de rua (PORTAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2010). Em Florianópolis, à época, foram cadastrados 426 moradores de rua, o que proporcionalmente deixa a cidade com um dos índices proporcionais mais altos do País: 0,107% da população, número mais alto que o de cidades como Ribeirão Preto (SP) e Londrina (PR), cidades maiores que a capital catarinense.

É uma tarefa Hercúlea pesquisar esse segmento populacional, pois extensos são os motivos de ida para as ruas. Eles não estão inclusos nos dados estatísticos do IBGE, tornando dessa maneira mais dificultoso a criação e efetivação das Políticas Sociais para essa segmentação (CARDOSO, 2009).

Por outro lado, pesquisas oriundas de várias áreas têm procurado explorar esse universo, chamando atenção para sua heterogeneidade e complexidade. A presente monografia tem se orientado a partir de alguns destes estudos. Entre eles destacamos as pesquisas de Serrano para quem “população em estado de rua”, por exemplo, denota o lugar onde essas pessoas se encontram; “mendigo” dá ênfase à atividade de pedir esmolas; “trecheiros” caracteriza pessoas de alto nível de nomadismo (SERRANO, 2004, p.12). Segundo o pesquisador, “morador de rua” e “mendigo”, por exemplo, não são características necessariamente ligadas. Nesse sentido, há pessoas com moradia fixa

que utilizam a mendicância como fonte de renda, enquanto há indivíduos sem moradia fixa que estão sob a tutela do Estado ou recebem alguma outra forma de auxílio.

Outro estudo, igualmente relevante, é o de Brognoli (1999) quando caracteriza diferenças importantes entre “trecheiros” e “pardais”. Define-os, respectivamente, como andarilhos que percorrem longos percursos entre cidades, geralmente sozinhos, enquanto que os “pardais” convivem em pequenos grupos e constituem territorialidades mais fixas nas cidades, diferentemente da condição nômade dos trecheiros. De acordo com Brognoli, os trecheiros produzem estilos de vida que se opõem à fixidez da vida domiciliar e ao modo de vida sedentário, enquanto os pardais se relacionam continuamente com um único meio urbano por um período de tempo maior, buscando formas próprias de subsistência (BROGNOLI, 1999). Também Di Flora considera os trecheiros como um claro exemplo de nômade urbano encontrado em nossa sociedade caracterizando-os como

alguém que não tem residência fixa, mobiliza-se constantemente, de cidade em cidade, em regra escolhendo aquelas onde possa encontrar recursos assistenciais. [...] Raramente trabalha, a não ser em serviços rápidos como diarista (DI FLORA, 1987, p.96).

Percebeu-se, através do trabalho de campo e da pesquisa bibliográfica (SERRANO, 2004; FRANGELLA, 2009; DI FLORA, 1987) que a mendicância é costumeiramente tomada como última uma das últimas opções para o morador de rua, muitas vezes à frente apenas do roubo. Em uma cidade com o porte de Florianópolis, onde essa camada da população é sensivelmente menor, existem poucas pessoas que vivam exclusivamente do ato de pedir, não chegando a constituir uma possibilidade de objeto de pesquisa expressivo.

A pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à fome em 2008 revelou o perfil do morador de rua em Florianópolis. Segundo o levantamento,

[...] 71% dos que foram entrevistados têm algum tipo de ocupação. Vai de catador de materiais recicláveis a flanelinha. Eles ganham entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana. Mas só 15% dizem que a esmola é seu principal meio de sobreviver. [...] De acordo com a pesquisa, a maioria dos que vivem na rua é homem, 82%. Pouco mais da metade tem entre 25 e 44 anos. No levantamento pela cor, 39,1% disseram ser pardos e 29,5%, brancos (PORTAL A NOTÍCIA, 29 de abril de 2008).

Para vários pesquisadores (SERRANO, 2004; FRANGELLA, 2009; DI FLORA, 1987) a mendicância é costumeiramente tomada como uma das últimas opções para o morador de rua, muitas vezes à frente apenas do roubo. Os pesquisadores também chamam atenção para o fato de que as imagens produzidas em torno do mendigo/morador de rua já estão, de algum modo, tipificadas no imaginário social. A convivência diária com tais indivíduos gerou o que MAGNI (1994 *apud* MATTOS e FERREIRA, 2004) chama de estereótipo clássico do nômade urbano:

roupa esfarrapada, pele encardida com dermatoses, às vezes abrindo em feridas, corpo marcado por cicatrizes; unhas das mãos e dos pés enegrecidas, compridas e, por vezes, deformadas; dentes em parte caídos, em parte cariados; cabelos ensebados, olhos congestionados, etc. São signos genéricos que contam a trajetória social e tornam evidente que o indivíduo faz parte da população pobre que habita as ruas (MAGNI, 1994, p.134 *apud* MATTOS E FERREIRA, 2004).

Este processo de estereotipização é criado para denominar uma categoria que convive de uma maneira diferenciada com a paisagem urbana, e que, “Em função de inúmeras e diversas trajetórias de desvinculação social e econômica, passa a habitar ‘cantos’ da cidade impensáveis ao planejamento urbanístico e ao imaginário coletivo dos cidadãos” (FRANGELLA, 2009, p.15). Desta maneira, ruas, passarelas ou viadutos deixam de ser locais de passagem para se transformar em moradia para inúmeras pessoas, desestabilizando assim “a lógica da precisão e racionalidade que os planejadores urbanistas, administradores públicos tentam implantar como modelo de funcionamento urbano” (SOUZA, 2010, p.2).

MATTOS e FERREIRA (2004), a partir do depoimento de vários moradores de rua sobre como a sociedade reage ao ato da mendicância, reuniram as principais tipificações relacionadas a essa população. São elas:

a) Vagabunda: O trabalho é visto como “uma das categorias responsáveis pela coesão da sociedade atual” (MATTOS e FERREIRA, 2004). O indivíduo que não possui emprego fixo é comumente tipificado como desviante, incapaz e de pessoa que prefere não trabalhar;

b) Louca: Essa tipificação surge através da comparação entre a vida “normal” – residência e emprego fixo – e a “anormal”. É um discurso que atinge também áreas da psicologia, como explicado por STOFFELS (1977 *apud* MATTOS E FERREIRA,

2004), para quem tais discursos propagam a mendicância como “como gênese e produto de distúrbios de personalidade, doenças mentais ou psicopatia”;

c) Suja: Pessoas em situação de rua estão suscetíveis a vários fatores que atingem a doenças e riscos incomuns à vida em uma residência fixa. Cicatrizes, roupa suja, feridas e unhas e dentes quebrados, por exemplo, “subverte e afronta nossos hábitos de higiene e preservação da saúde” (MATTOS e FERREIRA, 2004);

d) Perigosa: “Trata-se da vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinqüência” (MATTOS e FERREIRA, 2004), e cria um espaço entre os transeuntes e os moradores de rua. Durante visita a campo, percebi que o grupo de quatro ou cinco (eu incluso) frequentemente atraía olhares e afugentava as pessoas, que acabavam por mudar de direção repentinamente quando se aproximavam;

e) “Coitadinha”: As populações de rua “habitam uma margem liminar da sociedade [...] e são vistas como um sinônimo e símbolo das promessas falhas do progresso e da prosperidade” (KAWASH, 1998 *apud* FRANGELLA, 2009, p.58). Dessa maneira, “Há também os que em suas atitudes expressam uma certa compaixão e que têm nos mendigos e vagabundos os meios de exercitar uma *missão* da qual se acreditam imbuídos” (BROGNOLI, 1999, p.73).

Outro fator que auxilia na formação de um estereótipo do mendigo e do morador de rua diz respeito ao modo como tais sujeitos são abordados na produção midiática, principalmente jornalística. Embora eles estejam constantemente presentes nas pautas do jornalismo diário, conforme destacam MENDES e SILVEIRA (2005, p.8), o enfoque das matérias e reportagens contribui para a construção de tipificações acerca desse universo, reforçando e generalizando “a construção social da identidade do morador de rua como do mendigo, marginal e/ou bêbado”. Os dois autores, ao analisarem o discurso dos três jornais diários de maior circulação do Rio Grande do Sul, identificam que a grande maioria das matérias que utilizam moradores de rua como personagens são relacionadas à violência – sejam os moradores de rua autores ou alvos de tais atos.

A partir de uma breve pesquisa exploratória realizada pelo autor desta pesquisa com dois dos principais veículos da mídia impressa de Florianópolis (*Diário Catarinense* e *Notícias do Dia*), objetivando, ainda que de forma superficial, uma comparação com a pesquisa de Mendes e Silveira, foi possível identificar resultados similares. Mesmo que a comparação não tenha sido de grande fôlego, sendo realizado

um recorte temporal de fevereiro a maio de 2010, o resultado mostrou-se revelador. Destacamos em seguida alguns fragmentos de matérias relacionadas ao tema para exemplificar algumas abordagens da imprensa local:

O problema dos moradores de rua não afeta apenas Florianópolis. Também em São José, especialmente nos bairros Campinas e Kobrasol, gente sem eira nem beira ocupa praças, marquises, terrenos baldios e viadutos. A “riqueza” da Grande Florianópolis atrai não apenas empreendedores e trabalhadores, mas também essa massa de seres errantes. (DAMIÃO, 2 de fevereiro de 2010 [Jornal Notícias do Dia])

O policial acorda a mendiga que dorme num banco da Praça XV e revista a sacola plástica amarela usada como travesseiro. Dentro, três niqueleiras artesanais roubadas de um comerciante do Centro de Florianópolis. Cenas assim fizeram a prefeitura pensar em colocar grades e fechar um dos cartões postais da cidade à noite, quando a situação seria ainda pior. Presença de usuários de drogas e mendigos durante a noite em um dos mais conhecidos pontos da Capital pode levar o visual da Praça XV de volta à década de 1910, quando era cercada por muros. Segundo o vice-prefeito João Batista Nunes, o local se tornou um problema por ser reduto de “marginais e traficantes”: “Ali estão pessoas não compromissadas com os bons costumes. Há pessoas que defecam, que usam drogas, que traficam, que escondem roubos, que dormem e que fazem sexo. É uma loucura. Os comerciantes têm reclamado que a maioria dos roubos e assaltos seria realizada pelas mesmas pessoas que estão na praça”. (FRIGHETTO, 27 de fevereiro de 2010 [Diário Catarinense])

O morador de rua Vanderlei Pires foi pichado com tinta prata enquanto dormia, na madrugada desta sexta-feira, em Porto Alegre. Além disso, segundo uma mulher que esperava em um ponto de ônibus próximo ao local, jovens em um carro teriam parado na esquina e urinado sobre os pés do homem. (COSTA, 2 de abril de 2010 [Diário Catarinense])

Cachorros espalhados pelo Centro é uma cena comum no cotidiano de Florianópolis. Em geral eles acompanham moradores de rua esfarrapados e bêbados ou drogados. Muitos são vítimas de maus-tratos. (DAMIÃO, 5 de maio de 2010 [Jornal Notícias do Dia]).

Um caso específico ganhou bastante relevância na imprensa de Florianópolis no início de maio de 2010. A moradora de rua Lurdes de Oliveira foi encontrada morta na região central da cidade, sem marcas de violência, cerca das 4h20 da madrugada, mas seu corpo foi recolhido pelo IML apenas às 8h40. O caso ganhou meia página do *Notícias do Dia*, além de comentários do colunista Carlos Damião, e uma página do *Diário Catarinense*, que comparava o caso ao de outra moradora de rua com uma doença gravíssima internada em um hospital da cidade. Abaixo, trechos das matérias publicadas:

Mesmo que de certa forma anunciada, a morte da mulher usuária de drogas e com alto grau de vulnerabilidade social não deixou de comover. Comerciantes e trabalhadores tentaram ajuda ainda na tarde anterior. Perceberam que ela não tinha forças para ficar em pé. Uma guarnição militar esteve no local: “A pulsação está fraca”, reconheceu o bombeiro. (BASTOS, 5 de maio de 2010 [Diário Catarinense])

Por volta das 8h40, um rabeção enviado pelo IML recolheu o corpo. A causa da morte da moradora de rua conhecida como “Tiazinha dos cães”, por estar sempre rodeada de cachorros, ainda não foi diagnosticada pelos legistas. (NOTÍCIAS DO DIA, 5 de maio de 2010)

Viciada e doente, a moradora de rua vagava pelo Centro há alguns anos, abordando os pedestres com pedidos de dinheiro, comida e remédios. [...] Curiosamente, ao redor do corpo de Lurdes de Oliveira havia fezes humanas e de animais e um forte odor de urina, ainda que o local de sua morte seja numa região de restaurantes, cafés e lanchonetes. O poder público realmente perdeu o controle sobre o que acontece nas ruas emporcalhadas do Centro. (DAMIÃO, 5 de maio de 2010)

É possível observar, nesse aspecto, que para além das especificidades de cada caso, identificam-se semelhanças evidentes e significativas entre o que pude constatar em minha breve pesquisa sobre o modo como tais sujeitos são noticiados e representados pelo jornalismo, tornando claro que as imagens produzidas sobre este universo contribuem derivam de imaginários mais amplos construídos na sociedade, gerando conflitos e tensões importantes entre tal universo com os demais setores da sociedade.

## 2.1. Desviantes e *outsiders*

O viés teórico empregado neste estudo, diferentemente das propostas teóricas inauguradas pela Escola de Chicago, cujas abordagens davam ênfase ao caráter patológico e entendiam tais universos desviantes como “doença social”, compreende o conceito de *outsiders* de Howard Becker. Para o autor, tais agrupamentos se formam a partir da consciência de que “todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las” (BECKER, 2008, p.15). Dessa maneira, em qualquer sociedade existiria uma pressão – legal, moral, ética – pela padronização geral da mesma, criando conflitos entre a maioria e os “desviantes”. A definição mais clara e direta de *outsider* seria a de uma pessoa caracterizada pela “falha em obedecer a regras do grupo” (BECKER, 2008, p.20).

É importante ressaltar que, como explica Howard Becker, essa definição – mesmo sendo a mais clara e academicamente aceita – acarreta diversos conflitos de ordem metodológica. Afinal, uma pessoa pode infringir as regras de um grupo pelo próprio fato de ater-se às regras de outro, tornando, dessa maneira, qualquer indivíduo dentro de uma sociedade multifacetada mais ou menos desviante. O sociólogo explica que há um consenso implícito de que, embora certas normas sejam voláteis entre grupos

diferenciados, outras são aceitas por grande parte da população – e os desviantes destas seriam, então, considerados *outsiders*.

Os mendigos e moradores de rua seriam então uns dos exemplos mais claros do confronto entre os desviantes e os empreendedores morais, ou criadores de regras, pois estes contrariam grande parte dos preceitos da vida em sociedade. Para Di Flora: “O mendigo é rotulado de anormal ou desviante, pois sua prática contraria os pressupostos éticos da sociedade cujo estilo de dignidade humana é expresso pelo trabalho, forma legítima de manutenção da vida” (DI FLORA, 1987, p.15).

Tais preceitos incluem uma série de fenômenos culturais próprios de cada tempo, aos quais o morador de rua muitas vezes se opõe, adquirindo um *status* de desvalido ou desmerecedor de credibilidade social. “Na relação dinâmica que se faz entre os que estão estabelecidos e os *outsiders*, as leituras do movimento errante movem-se temporalmente, ainda que mantendo a mesma posição social, em cujo limiar estão os errantes” (FRANGELLA, 2009, p.43). Segundo a autora, esta camada da população é historicamente estigmatizada, inclusive internamente – os trecheiros, que justificam suas viagens com a busca por trabalho, por exemplo, muitas vezes repudiam o ato da mendicância estática dos pardais (FRANGELLA, 2009, p.48).

Ainda sobre o modo de vida de andarilhos e a comparação com a caracterização do desvio, Peres (2001) explica que:

O conceito de *outsider* é bastante abrangente, de modo que entre os membros desse grupo podem-se observar diferenças importantes. Assim sendo, os andarilhos formam um subgrupo que possui certas peculiaridades: são altamente migratórios, utilizam bebidas alcoólicas diariamente e em grandes doses, adotam como meio de subsistência basicamente a mendicância e/ou eventuais trabalhos temporários e parecem ter-se conformado com a vida na rua, devido principalmente à falta de perspectivas (PERES, 2001, p.1).

De acordo com Velho (1985), a vida fora de padrões dos mendigos moradores de rua é considerada por uma grande parcela da população, de “patologia”, uma doença social – um pensamento muito semelhante ao da Escola de Chicago<sup>1</sup>. “Os órgãos de

---

<sup>1</sup> Segundo Miskolci (2005), “pode-se afirmar que a sociologia do desvio constituiu-se como uma subárea, ainda que institucionalmente pouco reconhecida, a partir da tradição sociológica da Escola de Chicago. Sua origem está umbilicalmente ligada ao estudo dos problemas que emergiram com a formação da metrópole marcada pelo crescimento populacional acelerado associado à imigração, ao caos urbano, o processo de assimilação de indivíduos vindos de toda parte e com bagagens culturais e históricas as mais diversas e conflitantes” (MISKOLCI, 2005).

comunicação de massa encarregam-se de divulgar e enfatizar essa perspectiva” (VELHO, 1985, p.11), baseados num preconceito “incapaz de superar a camisa-de-força de preconceitos e intolerância”. O autor classifica de equivocadas duas maneiras de se conceber o surgimento de grupos desviantes:

a) O *psicologismo*: Para esta linha de pensamento, o comportamento desviante é muitas vezes visto como decorrente da própria personalidade transgressora do indivíduo, que por razões íntimas e psicológicas, desloca-se do que é considerado o comportamento normal frente à sociedade. Isso se explicaria por razões endógenas ou mesmo hereditárias – como as doenças mentais ou a pré-disposição para a dependência química, por exemplo.

b) O *sociologismo*: A outra vertente do estudo dos desvios, considerada por Gilberto Velho também equivocada, é a sociológica. Esta trabalha com a ideia de patologia/doença social, baseada no pensamento durkheimiano. “O suporte sociológico para a análise do desvio, enquanto decorrente da ‘doença social’, concentra-se em Durkheim, cuja base para a análise do social assenta-se no princípio da integração” (DI FLORA, 1987, p.40). Aqui, acredita-se que o desvio seja um sintoma da carência de regulamentação social, e que uma sociedade “doente” exerça influência sobre o indivíduo, possibilitando o surgimento dos *outsiders*. Assim, dentro deste raciocínio, a solução seria a criação do que Di Flora chama de “tratamento dos desvios ou patologias a fim de restabelecer o equilíbrio social” (DI FLORA, 1987, p.41). Nessa lógica funcionaram, por exemplo, as prisões, hospícios ou centros para toxicômanos.

O pensamento sociológico de Émile Durkheim surge a partir da definição do autor para o que é “normal” e o que é “desviante” dentro de uma sociedade. Nas palavras do autor,

Chamaremos de normais os fatos que apresentam as formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos. Se concordarmos em chamar tipo médio o ser esquemático que constituiríamos ao reunir num mesmo todo, numa espécie de individualidade abstrata, os caracteres mais freqüentes na espécie com suas formas mais freqüentes, poderemos dizer que o tipo normal se confunde com o tipo médio e que todo desvio em relação a esse padrão da saúde é um fenômeno mórbido (DURKHEIM, 1977, p.114).

Desta maneira, o comportamento dos mendigos e moradores de rua – diferenciado da “média” da grande maioria da população – poderia ser considerado um fenômeno mórbido na sociologia durkheimiana, cabendo à sociedade tratar esta patologia através de instituições assistenciais ou albergues, por exemplo. Segundo esse

pensamento, seria “importante então puni-los e reintegrá-los aos padrões de normalidade: trabalho, moradia, vestuário, lazer, religião, etc” (DI FLORA, 1987, p.42).

A noção de que o morador de rua é um indivíduo que precise de tratamento parte do desconhecimento de grande parte da população sobre este universo, levando diferentes camadas de uma sociedade a fundamentar suas opiniões num conceito pré-estabelecido e sem uma análise real do fato. JODELET (2001) define esse preconceito, ao qual ele chama de “representação social”, como

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (JODELET, 2001, p.22).

Vale considerar que a auto-imagem das pessoas em situação de rua é muito diferenciada do estereótipo criado pela sociedade, conforme demonstrado anteriormente na análise de MATTOS e FERREIRA (2004) do discurso do morador de rua sobre as tipificações externas que mais os atingem. Nos principais estudos sobre o discurso do mendigo e do morador de rua analisados para esta monografia (BROGNOLI, 1999; DI FLORA, 1987; SERRANO, 2004), a auto-imagem dos sujeitos mostra-se devastada pela noção de inferioridade e sentimento de exclusão da lógica sedentária e trabalhadora burguesa:

Assumindo o ego estigmatizado e caracterizando-se como alguém inferior, coitado, vadio, frequentemente considera-se culpado de sua situação. [...] Considera-se um desvio, como um elemento disfuncional do sistema do qual está marginalizado por motivos de ordem pessoal. [...] Em regra, considera-se uma pessoa íntegra embora condene suas próprias condições de vida (DI FLORA, 1987, p.123-127).

Para Becker (2008), o desviante geralmente possui a clara noção de que seu comportamento não condiz com as normas vigentes na sociedade na qual está inserido. “Pessoas que se envolvem em atividades consideradas desviantes enfrentam tipicamente o problema de que sua concepção a respeito do que fazem não é partilhada por outros membros da sociedade” (BECKER, 2008, p.90). Entretanto, o pesquisador explica que em muitos casos, o *outsider* chega a definir os *outros* como “desviantes”, crente de que sua própria conduta não está mais ou menos correta do que a considerada adequada (Becker cita o exemplo de homossexuais, discriminados por uma considerável parte da população, mas que não enxergam sua própria sexualidade como um fator de desvio). A

ideia é, igualmente, compartilhada por Velho (1985) para quem: “O ‘desviante’ [...] é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma ‘leitura’ diferente” (VELHO, 1985:27).

Entretanto, essa característica não é observada em uma parcela considerável dos mendigos e moradores de rua – inclusive aqueles que optaram voluntariamente por este estilo de vida –, na maior parte dos casos envergonhados de suas condições financeiras e sociais. Os diversos trechos abaixo foram retirados de várias entrevistas realizadas por Di Flora (1987) com indivíduos que praticam a mendicância:

Tenho vergonha de pedir, às vezes eu bebo; você também beberia porquê senão não dá coragem. [...] Eu acho feio pedi. Só peço quando necessito. [...] Tenho vergonha de pedir e medo que as pessoas me mandem trabalhar. [...] Sinto bem pedindo só quando estou precisando. O trabalho é necessário, mas no momento não tem serviço. [...] Não gosto de pedir. Sou obrigado. [...] O homem trabalhando é mais feliz, mais realizado (DI FLORA, 1987, p.120-121).

É perceptível, pelas declarações feitas à pesquisadora, que o próprio discurso do mendigo desvaloriza a mendicância em si, geralmente utilizada como último recurso e quando se torna “algo justo e necessário desde que o indivíduo não se encontre em condições para o trabalho” (DI FLORA, 1987, p.120-121). A mendicância é caracterizada, mesmo que degradante, como uma atividade honesta em contraposição ao crime e entendida, ao mesmo tempo, como uma ocupação temporária.

Em meu trabalho de campo, detalhado mais adiante, pude perceber que nenhum dos trecheiros albergados se intitulava “morador de rua”, mesmo aqueles sem moradia fixa há anos. Situação semelhante demonstra um depoimento retirado do jornal *O Trecheiro* com um homem que se encontra em tal situação há dezoito anos: “Eu não nasci na rua, eu não quero mais perambular pela rua, e eu peço a alguém, por intermédio do jornal. Eu não agüento mais. Se eu ficar mais dezoito anos na rua eu vou morrer louco” (JORNAL O TRECHEIRO *apud* FRANGELLA, 2009, p.32).

Entretanto, apesar de uma série de iniciativas públicas e privadas para afastar os sem-teto de locais públicos como, por exemplo, praças, escadarias, igrejas e construções abandonadas, a permanência de tais indivíduos em espaços de convivência urbana, ou não-lugares<sup>2</sup> (AUGÉ, 1994), acaba por fazê-los se tornarem parte integrante e

---

<sup>2</sup> Os “não-lugares” são definidos como locais de “passagem”, não-identitários e não-históricos – ao contrário de ambientes como o lar ou o local de trabalho, repleto de sinais que carregam individualmente

constitutiva da paisagem urbana e do imaginário da cidade, criando o que ORLANDI (2001, p.11) chama de “narratividade urbana”: “outras formas de narratividade que não têm um narrador com seu ‘conteúdo’, nem são textos fechados, destacados das condições de que fazem parte”. Desta maneira, a apropriação “indevida” de locais públicos cria um enredo novo e típico de uma sociedade urbanizada para a convivência pública, fazendo com que os moradores de rua deixem de ser uma agressão visual e estética para se transformar em partes da própria arquitetura cidadina.

## **2.2. A vida no trecho**

Neste estudo optamos por trabalhar com um fragmento desse rico universo: os trecheiros que, provisoriamente, circulam por Florianópolis – sejam estes praticantes ou não da mendicância – e que têm em comum pernoitarem no Albergue Noturno, mantido por membros da maçonaria com o auxílio da Polícia Militar, localizado no centro da cidade. O albergue conta com a presença de um Policial Militar por noite, que controla a entrada e passa a madrugada no local.

Ainda que nesse mesmo albergue pernoitem indivíduos que possam ser definidos por outras categorias, tomou-se o cuidado de, para além da descrição do espaço e sua dinâmica, eleger para fins dessa pesquisa indivíduos que se identifiquem com a denominação de “trecheiros”. Portanto, trataremos aqui de definir tal categoria, contextualizar o espaço que tais indivíduos habitam e como se relacionam com o ambiente em si.

Segundo NASCIMENTO e JUSTO (2000, p.529), corroborando com demais estudiosos desse universo, o trecheiro diferencia-se dos moradores de rua em geral pelo seu alto grau de mobilidade e “sobrevive do trabalho volante e temporário ou da mendicância, transitando de uma cidade a outra”. Entretanto, para eles, apenas o nomadismo dessa população não é suficiente para diferenciá-los de outros grupos específicos.

Um levantamento sobre a população de rua feito pela Prefeitura de São Paulo e organizações não governamentais conveniadas com Secretaria Municipal do Bem-Estar

---

a presença de seus integrantes. Os não-lugares seriam, por exemplo, praças públicas, supermercados, aeroportos, entre outros. Para o autor, o homem contemporâneo (ou como ele defende, o homem da “supermodernidade”) passa grande parte de seu tempo em não-lugares, mas estes não costumam ser objetos de estudo da Antropologia (AUGÉ, 1994).

Social da cidade também percebe as diferenças entre vários grupos dentro da grande categoria de “morador de rua”, e assim define o trecheiro, chamando atenção, inclusive, para sua condição de gênero.

Trata-se de um grupo basicamente masculino, que geralmente realiza trabalhos temporários no campo ou na cidade. Frequentemente deixa a família na tentativa de obter melhores condições de vida, ou então em função de pressões e conflitos. Reside alternadamente em diferentes habitações precárias com grande mobilidade: ora está em pensões onde aluga um quarto, ou mais frequentemente, uma vaga, ora em albergues da rede pública ou privada, ora em alojamentos de trabalho, como, por exemplo, obras da construção civil. Quando não existe outra possibilidade, a rua se torna o lugar de abrigo. Geralmente está sozinho, aliando-se ocasionalmente a companheiros de trabalho ou de aventura (SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL DE SÃO PAULO, 1994).

Entre outros aspectos já problematizados anteriormente e procurando definir melhor o objeto específico desta pesquisa, destacamos, ainda, algumas características desse universo com especial atenção ao estudo desenvolvido por Brognoli (2000) em pesquisa realizada na região de Florianópolis, e que, segundo o autor, resumem as peculiaridades dos trecheiros em relação a moradores de rua e mendigos em diálogo com as contribuições de outros estudiosos:

a) O trabalho: Normalmente não praticantes da mendicância, os trecheiros costumam buscar modos de subsistência imediatos e sem longos vínculos (FRANGELLA, 2009, p.48). O chamado “bico” é o modo mais frequente de criar relações empregatícias, e “encontrar um trabalho opera como uma referência instituinte do princípio de ‘não parar em lugar nenhum’” (SOUZA, 2010, p.11) Ao longo da minha primeira visita a campo, por exemplo, alguns dos albergados trabalharam na distribuição de panfletos de candidatos às eleições de 2010, com uma remuneração diária e sem registro na carteira de trabalho;

b) Desprendimento e comércio informal: “Dada as dificuldades de armazenamento e transporte dos pertences e a precariedade de sua posse, tudo o que excede a capacidade de consumo [...] pode tornar-se ‘mercadoria’ e é posto rapidamente em circulação” (BROGNOLI, 2000, p.86). Desta maneira, doações ou antigos pertences acabam sendo trocados por outros itens ou vendidos, favorecendo a solidariedade entre os trecheiros e facilitando a mobilidade;

c) As rodas: são os pequenos grupos, de caráter efêmero, criados e desmontados de acordo com a conveniência do momento. Segundo NASCIMENTO (2003), as teorias

da Escola de Chicago afirmam que grupos que se sentem excluídos acabam por criar práticas de solidariedade interna para se proteger das agressões e negatividades do restante da sociedade;

d) O uso do álcool: Mesmo não sendo um elemento sempre presente na vida dos trecheiros, o álcool muito comumente é visto como um “anestésiante das condições duras da vida na rua – o frio, a fome e as lembranças ruins – e novamente, como reforçador dos laços interpessoais” (BROGNOLI, 2000, p.90-91);

e) As “hospedagens”: Apesar de muitos trecheiros passarem mais noites em albergues comunitários ou de favor em casa de outras pessoas, a noite na rua acaba, muitas vezes, tornando-se a única opção;

f) Relações com as autoridades: A polícia é uma das instituições com quem os trecheiros mais se relacionam, às vezes por motivos de repressão, outras para proteção.

A questão principal a eles apresentada diz respeito, sobretudo, às suas relações com o universo midiático, ou seja, de que modo participam e estabelecem relações com esse universo, qual o grau de importância que é dado a ele e como circulam as informações oriundas da paisagem midiática em seu meio. Parte-se da perspectiva de que as sociedades contemporâneas e a rotina cidadina vivem densamente e extensamente em níveis variados a paisagem midiática, sendo ela constituinte e constitutiva do sujeito contemporâneo. A questão principal a ser problematizada é de como os sujeitos alvos da pesquisa se inscrevem e dialogam com ela ao considerar a sua condição de marginalidade nestas mesmas sociedades e sequer contemplados por ela como receptores específicos .

### **2.3. O universo midiático contemporâneo**

Ao problematizarmos o contexto cultural dos dias atuais, é certo que estamos diante de um mundo fartamente e intensamente midiático. No entanto, partimos da perspectiva de que tais sujeitos sobrevivam à margem desse processo, ainda que estejam presentes como personagens de matérias e frequentemente noticiados, conforme explicitado anteriormente. As questões aqui formuladas dizem respeito ao fato de que mesmo em uma sociedade onde a mídia desempenha um papel central nos modos de

perceber, interpretar e “criar” o mundo (BERGER; LUCKMANN, 2004), seria possível encontrar sujeitos cujas relações com ela não são decisivas em seus modos de se inserir e interpretar o mundo.

Assim, a possibilidade de que mendigos moradores de rua vivam à margem da produção jornalística torna-se mais relevante partindo da hipótese de que indivíduos de outras classes sociais identifiquem nos meios de comunicação um lugar estratégico em seus modos de apreensão e interpretação do mundo. Mesmo que as perspectivas funcionalistas da Escola de Chicago já possam ser consideradas ultrapassadas, sobressaindo-se novas perspectivas de análise oriundas dos Estudos de Recepção, talvez fosse ainda possível considerar que:

em algum momento e em certo tempo, a vida dos indivíduos é orientada ou, talvez determinada, pelo que vêem no noticiário televisivo regional ou em outros segmentos de programas. [...] A televisão auxilia a construir a imagem do mundo em que se vive e, portanto, de forma indireta, determina não só comportamentos, como também, oferece informações para o planejamento cotidiano, aconselhando sobre o consumo e o lazer (BAZI; FABBRI, 2006, p.8).

A teoria de que o jornalismo ou a mídia em geral atuam como “construtores da realidade” é defendida, mesmo que a partir de pressupostos dessemelhantes, por autores das mais diversas áreas. Como afirma WOLF (1999), no clássico livro *Opinião Pública* (1922) de Walter Lippmann, a mídia se apresenta como uma “relevante ligação entre o mundo exterior e as imagens dos acontecimentos desse mundo nas mentes das pessoas” (*apud* SILVA, 2005, p.96).

Partindo da ideia de que os modos de vida das populações de rua contrastam e tencionam com as práticas culturais e os discursos hegemônicos da sociedade, poder-se-ia afirmar que a forma pela qual esses indivíduos recebem e interpretam produtos simbólicos veiculados pela mídia também é muito particular e especial.

Assim como os motivos que determinam a preferência dos moradores de rua pelos espaços públicos fazem parte da cultura desta população, a comunicação entre os indivíduos que integram esta ‘categoria’ e a forma como recebem, interpretam e carregam para sua vida as informações da imprensa e dos demais meios também são elementos característicos e intrínsecos a eles. Ou seja, ler jornal ou revista, ver televisão, ouvir rádio, ou conversar sobre as notícias é uma decisão individual que pode também significar uma representação cultural dos moradores de rua (BELIN; PRUDÊNCIO, 2010, p.4).

Entendendo os Estudos de Recepção como uma abordagem que nas últimas décadas tem contribuído de modo significativo para o estudo dos processos de comunicação nas Ciências da Comunicação, focados na análise do receptor da informação – entendendo-o como sujeito ativo nesse processo, ao considerar a sua carga cultural e repertórios prévios nas negociações (HALL, 2003) estabelecidas entre texto e leitor – elegemos tal abordagem como a mais adequada para este estudo. Concordamos, assim, com Bacega quando esta afirma que: “Cada discurso, cada programa dos meios de comunicação será produzido (emissão) e interpretado, entendido (recepção) a partir das referências de sua cultura” (BACCEGA, 1998, p.3).

Ao contrário das análises focadas na emissão ou no conteúdo de uma mensagem, os vários pesquisadores identificados com essa abordagem argumentam que não existem “receptores ideais”, mas que o recebimento de informações é feito sempre através de mediações – ambiente, cultura, classe social etc. Como explica MENDONÇA (2006, p.28), “é necessário superar as proposições teóricas que encaram a comunicação a partir de modelos construídos com base em um fluxo *emissor-canal-mensagem-receptor*”, e deve-se trabalhar com o pressuposto de que nenhuma dessas etapas acontece isoladamente na transmissão de uma mensagem.

Teorias anteriores, que previam um receptor “vazio” passam a ser superadas a partir da constatação de que “a recepção deveria ser vista como uma *atividade*: não como algo passivo, mas o tipo de prática pelas quais os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico que recebem” (THOMPSON, 1998, p.42).

Segundo essa afirmação, o recebimento de informações, sejam elas midiáticas ou não, não acontece de forma uniforme entre diferentes pessoas, mas sempre em conjunção com um complexo sistema que envolve o ambiente, a história de vida de tal indivíduo ou uma série de fatores como idade, gênero, classe social ou situação emocional. “Há uma história pessoal, mas muito daquilo que escutamos, nossos gostos, nossas concepções do mundo, não são individuais, são coletivos. Tem a ver com a classe social, com grupo familiar, tem a ver com a região da qual procede ou onde vive, elementos raciais, elementos étnicos, idade” (MARTÍN-BARBERO; BARCELOS, 2001, p.155).

Esse processo se dá através de negociações, ou como enfatiza Martín-Barbero (2000), mediações de vários tipos participam desse processo, tendo em vista o

repertório e o modo como o sujeito se inscreve no contexto social mais amplo – fazendo com que o leitor participe ativamente no processo de construção de sentido do discurso –, ou como ressalta James Clifford, “A recente teoria literária sugere que a eficácia de um texto em fazer sentido de uma forma coerente depende menos das intenções pretendidas do autor do que da atividade criativa de um leitor” (CLIFFORD, 2002, p.57).

A constatação de que a recepção de uma mensagem acontece mesclada a vários outros fatores íntimos do indivíduo acaba por desmistificar a imagem do receptor passivo das teorias que determinavam uma população massificada e homogênea. Os chamados Estudos dos Efeitos<sup>3</sup>, que se fortaleceram na década de 1940, pressupunham uma baixa análise da informação enviada e um receptor completamente aberto (GOMES, 2004, p.21). São desta corrente a teoria da agulha hipodérmica<sup>4</sup> e o modelo matemático da comunicação<sup>5</sup>, que refletem a visão dos pesquisadores da época, assombrados com o poder de persuasão dos *media* como o rádio e o jornal impresso, e ainda focados nos modelos mecânicos de transmissão de mensagens.

Uma das principais correntes teóricas desta linha foi chamada *a posteriori* de Escola de Chicago. Mesmo propondo métodos de abordagem diferentes daqueles utilizados por este trabalho, para nós a relevância de tais pesquisas encontra-se no fato de que “os estudos de Chicago foram pioneiros ao explorar etnograficamente os meandros de uma metrópole multicultural: a Chicago dos anos 1930” (BRAGA e GASTALDO, 2009, p.3). Os trabalhos realizados neste contexto constituem, apesar da ótica funcionalista aplicada às análises, um importante passo na história da Antropologia Urbana e na elaboração de repertórios teóricos que viriam mais tarde fundamentar os Estudos de Recepção.

---

<sup>3</sup> Não é o foco deste trabalho a análise aprofundada dos Estudos dos Efeitos. Por esta razão, as teorias citadas pertencentes a esse viés das Ciências da Comunicação serão apenas brevemente explicadas, a fim de uma compreensão mais ampla do contexto criado para o surgimento dos Estudos de Recepção.

<sup>4</sup> Toma-se como base da teoria da agulha hipodérmica os trabalhos do engenheiro Harold D. Laswell, ainda na década de 1920, sobre a propaganda na Primeira Guerra Mundial. O pesquisador enxergava a audiência como uma massa amorfa capaz apenas de assimilar, e não interpretar, as mensagens midiáticas. Com a II Guerra Mundial, o pensamento de Laswell ganha novos rumos, quando direciona seus estudos para a propaganda política (MATTELART; MATTELART, 2009).

<sup>5</sup> É um modelo matemático que coloca o emissor da mensagem em um dos pólos e o receptor em outro. Foi proposto pelos matemáticos Shannon e Weaver em 1949, e apesar de tratar a comunicação humana de uma maneira mecanizada, é até hoje utilizado a fins estudos por individualizar e facilitar a compreensão das etapas da transmissão de uma mensagem (ARAÚJO, 2001, p. 119).

A outra vertente das Ciências da Comunicação, contemporânea à Escola de Chicago, é a chamada Escola de Frankfurt, na Alemanha. Apesar de nenhum dos membros desta vertente ser um “comunicólogo” (mas principalmente sociólogos e filósofos), as teorias criadas neste contexto contribuíram para o desenvolvimento de teorias que fundamentariam parte dos estudos em Comunicação em décadas posteriores (RÜDIGER, 2001). Os conceitos criados dentro da Escola de Frankfurt, de cunho marxista, também não são homogêneos, variando entre sentimentos de fobia à mídia – como em Theodor Adorno, que via a produção cultural de massa como instrumento de controle capitalista – e de apologização à mesma – como em Walter Benjamin, ao pregar a ideia de que o maior acesso à produção cultural serviria como forma de democratização. Entretanto, é importante ressaltar aqui que, para ambas as vertentes, a produção midiática massiva estaria, de alguma maneira, reorganizando de maneira intensa a forma de pensar do homem moderno, colocando em pauta novas questões no cotidiano e criando outros processos de organizar esta “criação da realidade”.

As teorias que prevêm um receptor menos passivo começam a ganhar força a partir da década de 1950 e se consolidam a partir da década seguinte, graças à mudança de foco da escola chamada de “Estudos Culturais” (ESCOSTEGUY, 2001). A aproximação entre os Estudos de Recepção e os Estudos Culturais acontece graças ao fato de que

A análise de recepção comparte com os estudos culturais a concepção sobre a mensagem dos meios, considerando-a como formas culturais abertas a distintas decodificações, e sobre a audiência, definindo-a como composta por agentes de produção de sentido (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p.42).

Os Estudos Culturais são comumente associados ao *Center for Contemporary Studies of Birmingham* (CCCS), filiado à Universidade de Birmingham, na Inglaterra, e fundado em 1964. O CCCS foi um importante passo na compreensão do receptor midiático, por ser uma das primeiras iniciativas a propor que a maneira como o conteúdo veiculado é compreendido não se baseava apenas nas formas de produção simbólica ou nos meios de transmissão, mas estavam relacionados a uma série de fatores pessoais íntimos inerentes ao receptor (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p.42).

Já a popularização das teorias criadas pelos Estudos Culturais preparou o ambiente que permite a Armand Mattelart e Eric Neveu afirmarem que “Se existiu uma ‘virada’ no início da década dos anos 80, consistiu em prestar uma atenção crescente à

recepção dos meios de comunicação social, tratando de operacionalizar modelos como o da codificação-decodificação” (MATTELART e NEVEU, 1997 *apud* ESCOSTEGUY, 2001).

A relação desta linha de pensamento com as técnicas da etnografia acontece a partir da percepção de que tais métodos permitiriam aos pesquisadores não mais analisar a recepção do conteúdo midiático apenas no nível dos emissores ou dos receptores, mas sim relacionando esta etapa do processo comunicacional com o contexto vivido pelo indivíduo, permitindo assim “várias maneiras de abordar e tentar compreender a audiência. Neste sentido, a etnografia ajuda os Estudos Culturais preservarem sua preocupação com as experiências vividas” (GOMES, 2004, p.201).

Uma pesquisa dentro dos Estudos de Recepção pode ser considerada, assim, um trabalho dentro da área da *comunicação*, mas que utiliza técnicas *etnográficas*. “Para entender tais mediações entre sujeito e mídia, a etnografia, apropriada da antropologia pelos Estudos Culturais, vem sendo apresentada como metodologia de pesquisa” (ARAÚJO, 2009, p.2). Desta forma, os Estudos de Recepção exigem que se trabalhe mais diretamente com o decodificador da mensagem através do trabalho de campo – metodologia utilizada neste trabalho.

Como afirma Ondina Fachel Leal (2002), ela própria uma antropóloga que tem como objeto a comunicação, os Estudos de Recepção constituem-se uma *etnografia da audiência*. A autora explica, por exemplo, que apesar de os meios de comunicação não serem objetos típicos da Antropologia, o seu estudo sobre a recepção das telenovelas no Brasil valida-se com a ideia de que a formação do sistema simbólico que forma a cultura do país estar estritamente ligado ao melodrama televisivo e a sua recepção.

Em concordância com essa perspectiva, essa pesquisa guiou-se através dos métodos etnográficos para alcançar os resultados propostos, conforme serão melhores explicitados abaixo.

## **2.4. Metodologia**

Sendo esta pesquisa pertencente à linha de pensamento dos Estudos de Recepção – uma área relativamente nova e que mescla características do objeto comunicacional com técnicas antropológicas –, a elaboração de um roteiro de atividades foi feita a partir de textos de etnografia urbana e estudos de recepção, principalmente TRAVANCAS

(2008) e VALLADARES (2007). Foram também utilizadas técnicas comentadas por MELLO (2000), que explica como a etnografia possui métodos específicos e pouco utilizados em outras áreas das Ciências Sociais: por exemplo, as entrevistas com o grupo estudado – metodologia utilizada também dentro do campo do Jornalismo, mas geralmente pouco aprofundadas (VALLADARES, 2007, p.103).

O foco da etnografia é definido por LAPLANTINE (2007) como microsociológico, mais preocupado em entender o cotidiano das populações do que analisar feitos de “grandes homens” ou sistemas maiores, como faz a História ou até a própria Sociologia:

A abordagem etnológica consiste precisamente em dar uma atenção toda especial a esses materiais residuais que foram durante muito tempo considerados como indignos de uma atividade tão nobre quanto a atividade científica. [...] Assim, a atenção do pesquisador passa a interessar-se para as condutas mais habituais e, em aparência, mais fúteis: os gestos, as expressões corporais, os hábitos alimentares e higiene, a percepção dos ruídos das cidades e dos ruídos dos campos... (LAPLANTINE, 2007, p.152-153).

Se as metodologias específicas da etnografia são importantes para a melhor compreensão dela, neste momento o mais relevante para esta pesquisa é a visualização das dimensões desta prática. Assim, se “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1978, p.15), ela também pode ser definida como uma “descrição densa” – que ultrapassa os limites das atividades automatizadas e da coleta de dados e tenta compreender o funcionamento social de estruturas culturais complexas sobrepostas umas às outras.

Nascida como uma prática colonial, a Antropologia Social surge como uma ciência focada no estudo de sociedades consideradas simples<sup>6</sup>, com objetos facilmente distinguíveis e alheios ao cotidiano do pesquisador. Nesta mudança de objeto, quando antropólogos passam a (re)conhecer os seus próprios ambientes, a descrição densa se faz ainda mais necessária – é através dela que se tem a possibilidade de perceber como a cultura medeia as relações sociais não como algo externo e alheio às práticas cotidianas, mas “como um fenômeno que é produzido pelos homens nas ruas relações sociais” (OLIVEN, 2002, p.11) e atinge todos os pontos da vida em conjunto. Afinal, a função do etnógrafo não é entender um tema específico isoladamente – no meu caso, a

---

<sup>6</sup> Consideramos aqui a definição de Gilberto Velho para sociedades “simples” e “complexas”, para quem a segunda separa-se da primeira por ser “uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam *categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica*, sejam classes sociais, estratos, castas” (VELHO, 1999, p.16).

recepção das notícias –, mas sim as mais diversas relações sociais que, em conjunto, afetam de alguma maneira o ponto estudado.

Partindo então de tais argumentações sobre a importância da descrição densa do contexto vivido pelo objeto estudado – no nosso caso, a vida das populações de rua e, mais especificamente, dos trecheiros albergados em Florianópolis –, tais etapas metodológicas foram elencadas para a realização desta pesquisa:

a) Pesquisa e revisão bibliográficas do universo estudado, bem como da forma para abordá-lo. O levantamento já foi sendo realizado desde o início da elaboração do projeto, e conta com textos de antropologia urbana, estudos de recepção e sobre a definição do próprio objeto, os mendigos moradores de rua, orientando-se a partir de um multiperspectivismo teórico;

b) Elaboração de um caderno de campo: Foi elaborado um caderno com o registro contendo todas as entrevistas e material coletado em campo atuando, conforme destaca Travancas: “Assim, o caderno funcionará como um registro descritivo de tudo o que ele vir presenciar” (TRAVANCAS, 2008, p.101), valorizando as relações intersubjetivas entre pesquisador e pesquisado.;

c) Coleta de informações através da pesquisa de campo: Esta é a etapa mais importante e mais complicada da realização de uma pesquisa com características etnográficas. Valladares enfatiza a necessidade de ser feito um “acordo” com o grupo em questão, antes mesmo do início do trabalho de campo. “Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para ‘negociar’ sua entrada na área” (VALLADARES, 2007). Travancas (2008) cita dois instrumentos importantes que participam desta etapa, que são os questionários e entrevistas abertos e a observação participante. Licia Valladares inclui ainda a seleção de um informante, também denominado “guia”, pessoa de confiança que ajudará na coleta de informações com os diversos entrevistados para a pesquisa. Outras etapas e métodos do trabalho de campo:

*Entrevistas:* A principal diferença entre a entrevista jornalística noticiosa e a etnográfica está na profundidade delas (TRAVANCAS, 2008, p.103). Aquela feita pelo pesquisador

costuma ser realizadas num maior espaço de tempo, às vezes em dias separados e sobre as questões mais diversas.

*Observação participante:* Por mais que a convivência com um grupo social específico seja envolvente, é importante para o pesquisador saber, de antemão, que a sua presença afetará em algum grau o ambiente em que se encontra. O observador pode, sim, participar das atividades realizadas pelo grupo estudado, mas deve tomar o cuidado ao fazê-lo para não perder o foco e o olhar “estrangeiro” necessário para o etnólogo: “o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora terá que ser afirmado e reafirmado. Não deve enganar os outros, nem a si próprio” (VALLADARES, 2007).

*Escolha de um informante:* A necessidade da escolha de uma pessoa específica que sirva como “informante” é um ponto em debate na teoria etnográfica. Entretanto, especificamente para essa pesquisa, a escolha de um “intermediário que ‘abre as portas’ e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade” (OLIVEN, 2002, p.11) acabou se tornando desnecessária, visto o pouco contato que as pessoas responsáveis pelo albergue, por exemplo, tinham com os albergados;

d) *Escritura:* Para a etapa final da pesquisa, é necessária a clareza de que o etnógrafo não é um simples transmissor do que lhe foi dito (TRAVANCAS, 2008), mas um intérprete das muitas informações coletadas durante o levantamento bibliográfico e o trabalho de campo. Nesse aspecto, o texto final é uma tradução, interpretação e representação do objeto pesquisado.

### 3. O CAMPO

O trabalho de campo aqui descrito foi realizado em duas etapas: a primeira em setembro e a segunda em novembro de 2010. O local escolhido para a pesquisa foi o Albergue Noturno de Florianópolis, mantido pela maçonaria e localizado no centro da cidade, mas também sendo estendido para mediações e outros locais que os trecheiros percorressem, como a praça XV ou o Largo da Alfândega, também no centro.

A pesquisa etnográfica apresenta peculiaridades que vêm se modificando ao longo da história da Antropologia. Portanto, faremos abaixo um breve apanhado de teorias sobre o trabalho de campo na etnografia para então, explicitarmos a pesquisa realizada com os trecheiros albergados em Florianópolis, para que a mesma possa ser compreendida de maneira mais clara.

James Clifford (2002) explica de maneira bem sucinta como, até aproximadamente o fim do século XIX, o “antropólogo” e o “etnógrafo” cumpriam papéis distintos na produção do conhecimento Antropológico<sup>7</sup> – enquanto um era o pesquisador teórico, o papel do outro era reservado a viajantes, aventureiros ou comerciantes, que reuniam dados e informações de locais e culturas que haviam conhecido, para que estas acabassem sendo avaliadas posteriormente.

Segundo o autor, os primeiros sinais de que as duas funções começariam a ser exercidas por uma única pessoa surgem a partir das pesquisas de Bronislaw Malinowski durante a década de 1920, onde fica claro que o “modo predominante e moderno de autoridade no trabalho de campo [...] assim expresso: ‘Você está lá... porque eu estava lá’” (CLIFFORD, 2002, p.18). A pesquisa, a partir deste ponto, seria feita *in loco* pelo próprio pesquisador, através de técnicas como a observação-participante:

Em termos esquemáticos, antes do final do século XIX, o etnógrafo e o antropólogo, aquele que descrevia e traduzia os costumes e aquele que era o construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos. [...] Malinowski nos dá a imagem do novo “antropólogo”: acorrendo-se junto à fogueira; olhando, ouvindo e perguntando; registrando e interpretando a vida tobriandesa (CLIFFORD, 2002, p.26).

---

<sup>7</sup> Apesar de a Antropologia ainda não ser um campo bem delimitado na época de Malinowski, usaremos tal termo para fins de facilitar a compreensão.

Clifford não nega a eficácia da observação-participante, pelo contrário: para o autor, a técnica “pode ser considerada seriamente se formulada em termos hermenêuticos, como uma dialética entre experiência e interpretação” (CLIFFORD, 2002, p.34). Entretanto, tratá-la como um processo infalível de interpretação é um erro metodológico primário – como um observador externo poderia definir com precisão as especificidades simbólicas de uma cultura diferente? E como passar a imagem da “descrição objetiva” sem levar em conta os vários fatores íntimos e imprevisíveis que podem alterar uma pesquisa etnográfica (como os interesses dos nativos, os preconceitos do antropólogo, as escolhas subjetivas entre um e outro informante)?

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado lingüístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e freqüentemente um ‘desarranjo’ das expectativas pessoais e culturais (CLIFFORD, 2002, p.20).

A chamada *Antropologia interpretativa*, cuja maior referência talvez seja Clifford Geertz, parte deste ponto para analisar como “os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão” (GEERTZ, 1978, p.24). Para este pesquisador, não existe objetividade na transposição entre realidade social e descrição antropológica – o que se faz é, na verdade, uma interpretação do que o antropólogo vê, pensa e sente. Geertz chega ao extremo de afirmar que “Por definição, somente um ‘nativo’ faz a interpretação em primeira mão [de sua própria cultura]: é a *sua* cultura” (GEERTZ, 1978, p.25).

Outro ponto em questão na objetividade do trabalho de campo é a supressão dos sentimentos do etnógrafo. Um caso bem conhecido no meio acadêmico sobre a publicação dos diários de campo de Malinowski mostrou que grande parte dos sentimentos do antropólogo foram suprimidos na sua análise sobre o *kula* (sistema de trocas) nas ilhas do Pacífico Sul. Por exemplo:

Na manhã de quarta, um forte acesso de sentimento amoroso; telefonei – resposta negativa. Implorei a ela; um encontro no jardimzinho; negativa; nenhuma acusação. Vendo a frieza dela também me recolhi à indiferença. Na noite de ontem ocorreu-me que, se eu a tivesse arrastado até minha casa, seduzido, convencido, implorado – e a violentado, tudo teria ficado bem (MALINOWSKI, 1997, p.102).

Percebe-se claramente a intenção de Malinowski de não deixar o campo reservado estritamente à “Ciência”, misturando surpresas, atrações e aversões nas suas

análises. Entretanto, a Antropologia moderna prega que incluir tais sentimentos<sup>8</sup> numa etnografia ajudaria a desmistificar a imagem do pesquisador distante e objetivo, criando assim o que Roberto da Matta (1978) chama de *anthropological blues*: “Trata-se de incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos *extraordinários*, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano” (DA MATTA, 1978, p.27-28).

A partir destas rápidas descrições sobre as técnicas da etnografia e a interpretação do universo “nativo”, procuraremos descrever abaixo o trabalho de campo desenvolvido com os trecheiros albergados em Florianópolis em setembro e novembro de 2010. As descrições e narrativas feitas serão focadas em fatos que se relacionam com o objeto desta pesquisa: a relação dos albergados com o universo midiático.

### 3.1. O albergue

O albergue Noturno de Florianópolis, localizado na avenida Hercílio Luz, oferece cama, alimentação e local para banho por até dez dias seguidos, e não permite o uso de nenhum tipo de substância química – incluindo-se aqui o cigarro e o álcool. Assim, locais como estes acabam sendo, mesmo que por um breve momento, pontos onde trecheiros e moradores de rua afastam-se das drogas, do alcoolismo e das possíveis agressões que a vida na rua possibilita. Ali dentro, também é proibido conversar alto, tocar algum instrumento ou usar outra roupa que não o pijama do albergue; e como é proibido o porte de objetos afiados, também não se pode fazer a barba. A privacidade é praticamente inexistente: além da conversa entre os albergados ser recriminada ou até proibida, há dois chuveiros sem porta. Há apenas um quarto para todos os homens albergados (e outro para mulheres, apesar de estas praticamente nunca frequentarem o local), e o banheiro não possui divisória ou porta. Após as 21h, só é permitido urinar em um balde que é deixado no centro do quarto.

A disciplina é mantida rigidamente por um policial militar e um assistente. Entra-se no albergue às 19h30, logo em seguida toma-se banho e janta-se. Após a janta, cada um lava seu prato e talheres e, em seguida, o policial distribui tarefas para que os próprios albergados façam uma rápida limpeza do local, que dura cerca de vinte

---

<sup>8</sup> Evidentemente não se trata aqui de transformar o texto etnográfico na descrição de uma “aventura pessoal”, mas sim de analisar, através das técnicas da antropologia interpretativa, o quanto os elementos subjetivos do trabalho de campo interferiram na pesquisa (DA MATTA, 1978).

minutos. Entre elas estão limpar o chão do banheiro, o chão da área exterior ou varrer a calçada do pátio interno, por exemplo. Todos são acordados pelo policial aproximadamente às 6 da manhã, quando é oferecido café e pão.

As exigências para se albergar também são bem pontuais: não se permite a entrada de indivíduos que tenham sido presos, estejam sendo procurados pela polícia ou que estejam visivelmente embriagados ou entorpecidos. Pessoas com doenças infectocontagiosas também não podem se albergar, nem deficientes físicos ou mentais. É preciso também portar um documento com foto (identidade ou carteira de trabalho), o que não inclui nenhum tipo de Boletim de Ocorrência, por exemplo. De fato, nos dias em que dormi no local, parecia haver um contraste: em média, de cada dez ou quinze pessoas que tentavam entrar, cerca de um quarto delas era barrado pelas razões citadas acima.

Como o número de pessoas barradas é grande, muitas camas costumam ficar vazias. Ao todo, o albergue oferece vinte vagas para homens e quatro para mulheres, mas a procura também costuma ser bem baixa. A média de albergados em todas as noites que passei no local gira em torno de dez ou doze indivíduos.

### **3.2. Descrição do material recolhido durante visitas a campo**

A minha primeira visita foi precedida de pelo menos três tentativas anteriores mal-sucedidas de realizar a pesquisa com autorização “formal” do projeto Abordagem de Rua, que costuma encaminhar pessoas em situação de rua para o local. Acabei optando por me albergar também, da mesma maneira como os próprios trecheiros faziam. Assim, eu passaria mais tempo com os indivíduos em questão, além de conhecer o ambiente de maneira mais realista, tendo as mesmas obrigações e direitos que qualquer outro albergado.

Entretanto, é importante ressaltar aqui que acredito ter cometido um erro metodológico: em meu primeiro dia de trabalho de campo, ao chegar em frente ao albergue cerca de uma hora antes do horário previsto, fui extremamente bem recebido por três indivíduos que também já esperavam a abertura do local. O medo de quebrar a aparente confiança que eles imediatamente demonstraram depositar em mim fez com que eu forjasse uma identidade: acabei por me apresentar como trecheiro vindo de Curitiba e a caminho de Porto Alegre, onde encontraria um amigo. Expliquei também

estar na rua há pouco tempo, explicando assim a minha inexperiência das peculiaridades do dia a dia no trecho. Dessa maneira, acabei por concluir que a minha primeira ida a campo não poderia ser utilizada para fins de uma análise correta, mas apenas para um “reconhecimento de campo”, pelas implicações éticas que ela comportaria. Por outro lado, as impressões que tive no local me ajudariam – como pude perceber ao longo do desenvolvimento deste trabalho – a desenvolver a sensibilidade necessária para tratar o assunto com menos ingenuidade e mais proximidade com o tema.

Logo na minha chegada, percebi que, apesar de eu prever no projeto desta pesquisa a escolha de um informante, essa seria desnecessária (e talvez até pouco recomendável). Como os trecheiros possuem um grau de nomadismo muito mais alto que o de “pardais”, por exemplo, eles acabam por não criar fortes vínculos com outras pessoas da cidade. Se o meu primeiro objetivo seria entrar em contato com alguém da Secretaria de Bem Estar Social ou com o policial militar que trabalhasse no albergue, comecei ali a entender como me seria de pouca utilidade me utilizar desse recurso metodológico.

Neste mesmo dia, enquanto esperávamos, mais dez indivíduos (todos homens) chegaram para também aguardar a abertura do albergue. Entretanto, dois deles seriam sumariamente barrados pelo policial militar por demonstrarem estar alcoolizados, e outros dois por terem admitido ter antecedentes criminais. A espera era, diariamente, um dos momentos mais produtivos de minha pesquisa; não sabendo-se a hora exata em que o albergue seria aberto, uma fila forma-se todo dia em frente ao local, principalmente a partir das 19h, horário em que as pessoas que estão trabalhando na região chegavam para tentar dormir ali. Nestes momentos, falava-se sobre tudo, e poucos esperavam em silêncio a chegada do policial militar.

O clima na fila mudou imediatamente com a aproximação do policial que cuida da portaria do albergue: de sorridentes e falantes, os albergados tornaram-se pessoas submissas e quietas, atentas às ordens que lhes eram dadas e aparentando tentar fazer as coisas da maneira mais disciplinada possível. Dentro do albergue, também domina o silêncio – em parte por falta de interesse dos trecheiros em conversar, cansados do trabalho diurno, e em parte pelo fato do albergue estar separado de uma residência vizinha por apenas uma grade. Esse clima de receio duraria – em todas as minhas visitas – até o momento em que saíssemos do local, entre as 6 e 7 da manhã do dia seguinte, quando os albergados voltariam a assobiar para mulheres na rua, a conversar alto e a

divagar sobre “como se virar” durante o dia. Como descrevi antes, a rotina é rígida e regular dentro do albergue. Após o banho e a janta, cada um recebe tarefas simples referentes à limpeza do local.

Durante o horário da janta, que dura cerca de trinta minutos, a televisão fica ligada, e geralmente no Jornal Nacional. Na época de minha primeira visita, o principal tema na pauta dos jornais era a quebra do sigilo fiscal de pessoas ligadas ao então candidato à presidência José Serra. Na ocasião, um dos albergados (um trecheiro que em vários momentos se demonstrou entusiasta do PT) chegou a comentar que “essa história de quebra de sigilo é esquema contra o Lula, é uma babaquice”. Pensei em tentar fazê-lo continuar falando sobre o tema para tentar compreender o quanto ele sabia do assunto, mas o policial militar rapidamente pediu para ele não conversar durante a janta.

Neste mesmo dia, após a refeição, cada um lavou seus pratos e talheres, uma rápida faxina foi feita no albergue e em seguida fomos para o quarto. Como era muito cedo, preferi ler uma revista de temas “universitários” que carregava na mochila, e meu vizinho de cama (chamado pelos outros de “Baixinho”, que trabalhava entregando folhetos e balançando bandeira de um partido político no Centro) pediu-a emprestada para mim. Para minha surpresa, ele folheou rapidamente, devolveu-a e comentou algo sobre um programa de distribuição de revistas grátis no terminal de ônibus. “Às vezes, quando estou cansado, saio pra fumar um cigarro, pego uma revistas dessas e fico lá no terminal lendo”. Questionado sobre qual revista ele pegou para trazer consigo, ele falou que pegou apenas uma Bíblia. A partir deste momento, começou a me chamar a atenção como é possível ter acesso à mídia e ao jornalismo em qualquer lugar, mesmo gratuitamente, e que todos arranjam jeitos de se informar: aparentemente, a vontade de se “atualizar” não desaparece, mesmo que tenha se tornado inexpressiva perto do dia-a-dia tempestuoso e do trabalho muitas vezes estafante, como o do “Baixinho”, que estava trabalhando dez horas por dia na ocasião.

Outro fato que pude observar é a falta de “nomes” entre eles. Todos se chamavam por apelidos criados aleatoriamente, apenas entre eles e provavelmente por pouco tempo. Foi uma situação interessante perceber como a aparente intimidade se fez e desfez em questão de dias entre os indivíduos do grupo. Tais “nomes” eram baseados em características superficiais da personalidade ou aparência de cada um – não houve receio em apelidar dois deles de “Baixinho” ou de “Gordo”, por exemplo. Até o fim

deste meu primeiro trabalho de campo, fui chamado de “Curitiba”, em função da identidade que apresentei a eles.

Começando a perceber como a vida de um albergado era cansativa, a hipótese de que a informação “não-prática” (que não auxiliasse na rotina e na vida diária) fosse irrelevante começava a ganhar mais força. Um trecho de meu diário de campo, escrito às 2 da manhã do dia 9 de setembro, diz o seguinte: *Apesar de eu ter adormecido fácil, acordei de madrugada sem sono e com vontade de ir ao banheiro. Relutei em urinar no balde que é deixado no quarto para, segundo o PM, ‘evitar pegar friagem na rua’, mas foi inevitável. Estava torcendo para que amanhecesse logo, mas tive a desagradável surpresa de que não eram nem 2h. Estava tudo meio fácil, agora a situação começou a apertar. O cheiro ruim do quarto lembra a repolho e suor, e o lençol me dá coceira no corpo inteiro. Alguns deles roncam alto. Bate a saudade de casa e da privacidade; essa vida é horrível, só deve ser melhor que dormir nas ruas – e é por isso que eles dormem tão bem, ao contrário de mim.*

Foi a partir deste tipo de constatação que deixei de enxergar minha primeira visita a campo como um desperdício de tempo, mas sim como um modo muito efetivo de conhecer a vida de trecheiro de fato. Por exemplo: algo peculiar me aconteceu durante a minha primeira visita; empenhado em viver exatamente como as pessoas ao meu redor viviam, evitei ao máximo comer ou gastar dinheiro além do que meu “personagem” me permitiria. Em dado momento, perto do horário do almoço do terceiro dia, me vi refletindo como eu conseguiria dinheiro para almoçar – e mesmo que esse pensamento tenha durado apenas alguns segundos, até eu recordar que eu não era efetivamente um trecheiro, tal sentimento me aproximou da realidade desoladora de ter de se conviver com a possibilidade da fome.

No dia seguinte, o Baixinho nos chamou para que tentássemos trabalhar com ele na praça em frente ao terminal de ônibus. Percebi como a vida de um morador de rua, trabalhador sazonal ou trecheiro é cheia de “esperas”, como descreve George Orwell em “Na pior em Paris em Londres” (2006). Saindo do albergue antes das 6h30, eu e mais três trecheiros esperamos até 10h a chance de trabalhar, mas acabamos desistindo. O serviço a que estávamos nos candidatando: ficar, em pé e com uma bandeira de 2 metros de altura na mão de um dos candidatos à presidência, das 8h às 18h, por R\$ 30 diários. Ao longo deste tempo, um horário de grande movimento nos arredores do terminal, a área em que escolhemos para esperar era evitada por grande parte dos transeuntes –

inclusive por uma pessoa que me reconheceu e fez sinais de que estava vindo em minha direção para me cumprimentar, mas que acabou por mudar de caminho bruscamente ao perceber a situação em que eu me encontrava.

Durante esta espera, outro dos indivíduos aos quais eu acompanhava pediu a revista que eu carregava na mão, mas acabou fazendo o mesmo que o Baixinho – folheou rapidamente e me devolveu, comentando algo sobre a dificuldade em não ter onde ler de graça. Falei da Biblioteca Pública ali perto, e a primeira reação dele foi me perguntar se “lá tem internet”.

À noite, após a janta, um dos trecheiros – por sinal, com quem eu mais simpatizei, um sujeito de provavelmente 2m de altura, uns 25 anos e pelo menos 100kg, e que não parava de reforçar o quanto ele gostaria de conseguir um trabalho para voltar para sua casa em São Paulo –, comentou sobre o reality-show *Ídolos*. Desta vez, consegui continuar a conversa, e o indivíduo (chamado pelos outros simplesmente de “Gordo”) descreveu em detalhes todos os participantes da edição atual, além de falar que detestava este ou torcia para aquele. Questionei-o como sabia disso, e ele falou que há até um mês morava em casa. Saiu com a esperança de achar um bom emprego em alguma cidade do Sul, mas que havia se equivocado. Falou também que estava curioso sobre o São Paulo, time de futebol para qual torcia, e outro albergado falou que o time havia ganhado o último jogo. (Este sabia do resultado por ter um emprego fixo como pintor e polidor de carro, mas dormia na rua em várias ocasiões. Costumava assistir televisão no trabalho, e explicou não dormir há dois dias, ao que o Gordo me sussurrou que era “por causa do crack”.)

O crack, na verdade, parece ser um dos maiores motivos de tais pessoas viverem nas ruas. Dos que me acompanhavam no primeiro trabalho de campo (cerca de cinco trecheiros, às vezes seis), três já haviam passado em algum momento pela dependência química. Na minha segunda visita, apenas um confirmou ter passado pelo crack; os outros, em geral, eram pessoas que haviam tomado “decisões erradas”, como eles mesmos costumavam afirmar. Outro trecho do diário de campo do dia 9 de setembro: *Por curiosidade, puxei o assunto com Gordo sobre o crack. Achei interessante da parte dele não querer desenvolver qualquer vontade que eu pudesse ter em relação a isso. ‘A pedra é o inferno; você não precisa ir pro inferno pra saber que é ruim!’. Ele já foi viciado; vendeu o carro e tudo o mais que possuía, foi deixado pela esposa e pelos filhos. Está sem fumar crack há seis meses, e orgulha-se muito disso.*

A questão da família para o Gordo também era um assunto ao qual ele se mostrava sensível. Afirmou estar fora da casa de sua mãe, no interior de São Paulo, há cerca de um mês. Dizia estar com saudade de casa, mas que já havia vivido como trecheiro antes: agora, havia saído novamente após ter perdido tudo para o vício em crack, e tentava conseguir um trabalho em alguma cidade mais ao sul do País, como Florianópolis ou Curitiba. Questionei-o sobre o porquê de continuar no trecho ao invés de voltar, e ele explicou que não queria ter de explicar pra sua mãe como mais uma tentativa de se estabilizar havia fracassado. A relação de suas razões em não voltar para casa com a explicação de Gilberto Velho (1999) para tal fenômeno são óbvias: o autor afirma que as circunstâncias em que alguém visto como um desviante costuma sair de casa

“são situações de confronto com parentes próximos como pai, irmãos, tios. Sai-se brigado, rompido, embora a possibilidade de reconciliação num futuro não necessariamente remoto não esteja afastada. [...] é significativo que essa se torna mais provável com o sucesso daquele que saiu. Os malsucedidos tendem a isolar-se e afastar-se do grupo de onde saíram” (VELHO, 1999, p.48).

Esta característica também me pareceu ser uma constante: grande parte dos trecheiros que estava albergado ali demonstrava, quando questionados, muita vontade de voltar para casa onde moravam (alguns com os pais, outros com as esposas ou ex-esposas). Entretanto, a maioria costumava falar de suas famílias com um pouco de constrangimento, como se obter sucesso na empreitada em que se encontravam fosse, nessas situações, um requisito para o retorno.

Na minha última manhã da primeira visita a campo, aconteceu algo que me chamou a atenção: eu abandonei um exemplar do jornal-laboratório *Zero*, do curso de Jornalismo da UFSC, em cima de um banco, sem nenhum interesse específico, mas o “Gordo” apanhou-o. Ficou folheando o jornal, e parou para ler uma matéria sobre videogames: leu praticamente toda, parando por uns 3 ou 5 minutos na página. Entretanto, não quis ler mais nada, só ficou fazendo brincadeiras a respeito de algumas fotos. Depois também comentou algo sobre um evento da Igreja Universal ao qual o *Zero* havia publicado uma matéria, e disse: “isso aqui deve ser jornal de crente; por isso que tem essa foto de uma mão louvando Deus e segurando uma nota de dois reais, é pras pessoas saberem que é pra levar grana também [no dia do evento]”: a foto era uma

ironia escancarada pra quem sabia que aquele jornal não era ‘de crente’. No total, ele manuseou o jornal por cerca de 10 minutos; depois botou onde havia o encontrado.

A relação dos albergados e sem-teto com o jornalismo, a partir já de minha primeira visita, começou a ficar um pouco mais clara para mim. Se a minha hipótese original era de que a informação chegava a eles majoritariamente através do boca a boca, a partir da minha convivência com eles comecei a perceber que a informação gratuita é muito mais acessível do que me aparentava a princípio.

Durante a segunda visita a campo – na qual eu fui mais claro com os albergados, e expliquei as minhas intenções e interesse pelo cotidiano do albergue –, por exemplo, um dos trecheiros carregava um jornal diário da cidade embaixo do braço, e perguntei a ele onde havia conseguido o exemplar. Ele explicou que havia achado num banco numa praça do Centro, e o jornal estava praticamente novo; ele não havia conseguido trabalho aquele dia, e por isso passou uma parte da tarde lendo. Entretanto, assim que entrou no albergue, largou o jornal junto a uma pilha de revistas e livros velhos que são deixados na cozinha e que praticamente nunca são tocados.

Outro indivíduo que conheci em minha segunda visita foi um rapaz gaúcho de vinte anos chamado Adriano. Ele havia saído da casa de sua mãe, no interior do Rio Grande do Sul, há cerca de seis meses, e desde então havia passado por cerca de dez cidades atrás de trabalho. Tinha dois filhos, estava recém-divorciado, e imaginava que a vinda para Florianópolis durante o verão poderia ajudá-lo a pagar a pensão, a qual estava atrasada há dois meses. Havia cursado até a 6ª série do Ensino Fundamental, quando largou a escola para trabalhar com a mãe. Entretanto, Adriano possuía informações sobre coisas que me impressionavam, as quais ele não sabia direito onde tinha aprendido: por exemplo, quando o policial responsável pelo albergue daquela noite citou o número de algumas leis do Código Penal, ele sabia dizer a que cada uma dizia respeito. “Eu não paro de procurar coisas novas, acho que sei de tudo um pouco”, me falou durante uma entrevista. Afirmou também gastar muito dinheiro em *lan houses*: “se eu tiver R\$ 30 no bolso, gasto pelo menos uns R\$ 5 com internet”.

A internet, como afirmei anteriormente, parece ser tão importante para trecheiros jovens quanto para qualquer outra pessoa da mesma faixa etária. Vários indivíduos com quem conversei me passaram perfis e contatos em redes virtuais, ou sabiam especificar quais sites costumavam acessar quando tinham acesso a algum computador – um deles, inclusive, me passou o seu e-mail para que lhe mandasse esta pesquisa, assim que

concluída. Isso criou um fator inesperado na minha pesquisa: se eu imaginava que alguns deles tinham acesso muito restrito à televisão ou jornais gratuitos, descobrir que uma pessoa que morava na rua há seis meses ainda não havia perdido o costume de acessar a internet, por exemplo, me deixou muito intrigado. Afinal, *por que razão eles procuravam se informar?* Que relevância tem a informação nesse tipo de situação extrema?

Realizei, ao todo, três entrevistas com duração de cerca de meia hora: o rapaz gaúcho de vinte ano, Adriano; o técnico em instalações elétricas (que acabou não condizendo com o perfil aqui analisado); e com um trecheiro curitibano, chamado Rafael, que estava em situação de rua há cerca de um ano.

Um de meus entrevistados, o técnico em instalações elétricas (que preferiu não revelar seu nome) havia trocado de emprego há um mês, e provavelmente não poderia se encaixar na categoria dos trecheiros, pois não tinha o costume de migrar entre cidades, já havia vindo para Florianópolis com um serviço pré-combinado e dizia estar apenas temporariamente no albergue, até encontrar um lugar para ficar ou até voltar para Criciúma, de onde veio. Entretanto, a conversa com ele fez com que eu me questionasse sobre quem é o público do albergue: se alguns deles costumavam sucessivamente ficar dez dias albergados e quinze fora, esperando apenas o término do prazo mínimo para que pudessem voltar ao local, outros pareciam estar entendendo esse processo apenas como temporário, graças a uma série de fatores que haviam feito com que cada um, em suas particularidades, acabassem sem ter outro lugar onde dormir. Este indivíduo ao qual me referi, por exemplo, possuía casa própria em Criciúma, mas havia vindo para Florianópolis trabalhar sem dinheiro ou ajuda de custos da empresa. Outro albergado havia sido “expulso” de seu apartamento naquele mesmo dia por atraso no pagamento de seu aluguel. Ou seja: a condição de albergado não necessariamente está ligada à de trecheiro; vários tipos de indivíduos que frequentavam o lugar nunca tinham se encaixado na rotina do “trecho”, e estavam ali pelos mais variados motivos.

Na minha segunda visita, como eu havia explicado os interesses e o foco da pesquisa para as pessoas que estavam se albergando comigo, percebi um sentimento de auto-defesa por parte de algumas pessoas com quem eu conversava. Mesmo eu tendo me esforçado em ser o mais sutil possível na minha tentativa de compreender a relação dos trecheiros com a jornalismo, senti (muito mais do que na primeira visita) que havia um certo receio por parte deles em me conversar comigo, criando uma tensão.

Perguntavam-me sobre como eu os descreveria no meu texto; se eu tinha intenção em transformar a pesquisa em um livro; se eu já havia escrito alguma coisa. Tive a impressão que alguns deles estavam impressionados com o fato de um universitário estar convivendo com eles e pesquisando a rotina de um albergado. De fato, na minha primeira visita ao albergue, preenchi uma ficha na entrada, na qual incluí “ensino superior incompleto”, o que causou espanto a outras duas pessoas que também estavam se cadastrando.

Entretanto, com a identidade revelada, pude ser mais objetivo na minha pesquisa. Se em meu primeiro trabalho de campo tive que criar todo tipo de disfarces para tentar compreender melhor a relação dos albergados com a questão em pauta, nesta segunda eu podia simplesmente questioná-los diretamente sobre o tema, sem mecanismos complicados para tentar manter o disfarce como da visita anterior.

Descobri, desta maneira, que nenhum dos entrevistados parecia estar completamente alheio ao que era pautado pelos meios noticiosos. Como o “Gordo”, da primeira visita, sabia especificar cada um dos candidatos do *reality show* que estava sendo exibido naquela época, cada um deles me demonstrou algum conhecimento – mesmo que superficial – sobre os temas pautados pelo jornalismo. Adriano sabia, assim, me dar suas opiniões políticas do segundo turno das eleições presidenciais; já Rafael soube me dizer as colocações de cada time de futebol no Campeonato Brasileiro de 2010.

A informação transmitida de maneira gratuita me pareceu ser o modo mais intenso de recepção destes indivíduos. Se Adriano me afirmou utilizar muito a internet, Rafael afirmou praticamente nunca utilizar o computador. Entretanto, ambos demonstraram ter uma forte relação com a televisão ou com a mídia impressa, por exemplo. Tal como afirmou o “Baixinho”, que costumava procurar revistas usadas no terminal de ônibus, o jornalismo está presente em todos os lugares de um centro urbano: em jornais e revistas largados na rua, nas capas de periódicos nas bancas de jornal, em televisões ligadas em lojas de eletrodomésticos, padarias ou lanchonetes. Entretanto, a relação destes com tais meios pareceu-me muito superficial, devido aos rápidos e distraídos contatos (a televisão exibindo o “Jornal Nacional” durante a janta no albergue, por exemplo, está sempre em segundo plano, além do fato de que a refeição dura apenas cerca de vinte a trinta minutos).

De qualquer maneira, a própria procura de tais pessoas pelo conteúdo jornalístico me pareceu pequeno. Atribuo este desinteresse a dois fatores:

a) *A dificuldade da vida cotidiana faz com que assuntos mais distantes à realidade dos trecheiros se tornem irrelevantes*: Como narrei antes, atividades cotidianas como tomar banho, se alimentar ou ir ao banheiro se tornam extremamente trabalhosas na vida das pessoas em situação de rua. Em vários momentos de minhas visitas ao albergue ouvi expressões como “finalmente vou poder tomar banho” ou “estou sem comer desde ontem”. Acredito, baseado nas entrevistas e na convivência com os albergados, que questões fundamentais como “onde dormir” tomam grande parte da preocupação de pessoas em tais situações, que acabam por deixar questões de outras ordens, em segundo plano, como, por exemplo, atualizar-se com os fatos noticiados na imprensa e na mídia de forma geral.

b) *O contato de trecheiros com a mídia e o jornalismo é, geralmente, mais superficial*: O acesso de tais indivíduos à televisão é extremamente restrito; as bancas de jornal também não permitem a leitura de impressos, limitando o acesso de pessoas sem condições de comprar tais periódicos às capas exibidas; os jornais de distribuição gratuita em Florianópolis também são muito superficiais, geralmente trazendo pouco conteúdo e praticamente apenas publicidade; e o radiojornalismo sequer foi mencionado nas entrevistas ou conversas. Desta maneira, acredito que mesmo quando há interesse em algum tema específico, a procura por este se encerra na “manchete” (como quando o “Gordo” quis saber o resultado de um jogo de futebol, sem se interessar pelos detalhes da partida ou da pontuação geral do campeonato).

Acredito que o jornalismo popular, com informações rápidas e “práticas”, ainda seja o meio mais efetivo de se atingir tais populações. Para AMARAL (2006), o jornalismo popular é aquele que demonstra uma maior proximidade com o cotidiano de seu público, prezando pela facilidade de leitura e pela escolha de temas que possam criar uma identificação maior entre jornal e leitor:

O projeto da *Folha de São Paulo*, por exemplo, dispõe que o jornal deve primar pelo pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. [...] Já os jornais mais populares como o *Diário Gaúcho* têm entre seus preceitos editoriais a facilidade de leitura, identificação, interatividade,

emoção, serviço e diversão e destina-se abertamente a um público leitor de renda baixa e pouca escolaridade (AMARAL, 2006, p. 30).

Entretanto, a relação de tais camadas com o jornalismo – mesmo o “popular” – é muito restrita, pelas razões anteriormente citadas. Os trecheiros com os quais entrei em contato possuíam algum acesso a jornais de baixo custo, como o *Hora de Santa Catarina*, mas dificilmente os compravam, lendo apenas o material encontrado nas ruas ou fornecido por outras pessoas. Em entrevistas e conversas, questionei-os também sobre o acesso à televisão, e todos afirmaram não ter praticamente nenhum acesso. O que foi possível também observar é que, dependendo da faixa etária do trecheiro, as relações com o tipo de mídia são diferenciadas: no caso, os mais jovens manifestam maior interesse pela internet, enquanto os mais velhos – em média, com idade superior a trinta anos – demonstram maior interesse pela televisão.

De qualquer modo, vale observar que tais relações são construídas de modo provisório, episódico e de caráter contextual, pois dependem dos lugares que freqüentam durante o trecho. Isto quer dizer que o acesso à mídia é circunstancial e não é considerado prioritário em seu dia-a-dia, sendo possível ficarem durante longos períodos sem acessá-la.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém, desde já, ressaltar que a realização deste trabalho permitiu um conjunto maior de reflexões, não apenas acerca do objeto de estudo propriamente dito mas, sobretudo, sobre a possibilidade de realizar comparações inevitáveis sobre as relações entre o trabalho de campo para fins de pesquisa acadêmica e o campo jornalístico, conforme já tratado com propriedade pelo meu colega de graduação em jornalismo, Gustavo Bonfiglioli (2009) em seu TCC *Nas fronteiras do olhar*, quando tratou especialmente de comparar o universo do campo jornalístico com o universo da etnografia. Não por acaso, optamos pela mesma professora orientadora, ao reconhecer que sua formação acadêmica permite estabelecer diálogos importantes entre as áreas de Antropologia e Comunicação.

É certo, nesse aspecto, que as aproximações são variadas, assim como suas especificidades. Por outro lado, há que se considerar que, no que diz respeito as aproximações, elas se mostraram extremamente eficazes neste estudo, tendo em vista a recorrência nos estudos de recepção do método etnográfico que, ao longo das últimas décadas têm sinalizado questões de ordens das mais variadas sobre o processo de circulação e de consumo de produtos oriundos da paisagem midiática contemporânea. O fato de estudar um grupo social considerado marginal trouxe outro conjunto de questões pouco exploradas nos estudos de recepção identificados durante a pesquisa bibliográfica.

Entre elas destaco o caráter circunstancial do contato dos trecheiros com a mídia e mais especificamente com o jornalismo, muito embora estes sejam indivíduos que convivam intensamente com a paisagem midiática típica de um centro urbano. A estreita relação de tais grupos com os meios de comunicação parece acontecer de maneira casual, quando surgem oportunidades pontuais (como a televisão ligada no albergue ou o jornal abandonado na praça) ou quando há um interesse específico (como o resultado de um jogo de futebol).

Ainda que tais relações sejam de caráter superficial, não foi sem surpresa que identifiquei junto a dois trecheiros um interesse particular pela internet, não ficando claro como este foi construído. Isso quer dizer que a continuidade de pesquisas no campo dos Estudos de Recepção junto a grupos considerados desviantes na sociedade

pode contribuir de maneira significativa para o entendimento mais aprofundado dessas relações.

Vale destacar que tal superficialidade nestas relações pode ser justificada tendo em vista as necessidades mais imediatas da vida no trecho, como, por exemplo, a procura por “bicos”, a busca por alimentação ou locais para dormir ou tomar banho – em suma, questões fundamentais que tomam grande parte do tempo de pessoas em situação de rua, que acabam secundarizando o universo midiático e todos os seus apelos. Assim, o fato de tais sujeitos serem pautados pela mídia não significa que os mesmos considerem relevante a imagem que é produzida acerca deles, mesmo porque reconhecem o caráter discriminatório a que estão sujeitos na sociedade.

A pesquisa também tornou claro, conforme já identificado em variados Estudos de Recepção, que o contexto do qual faz parte o receptor é tido como fundamental nas relações construídas entre sujeito e mídia, onde as mediações tornam-se constitutivas dessas relações. Esse processo de negociação, como enfatiza Martín-Barbero (2000) e Hall (2003), entre outros autores destacados ao longo desta monografia, faz com que o leitor participe ativamente no processo de construção de sentido do discurso, deixando de ser visto apenas como a “etapa final” do caminho da informação.

Finalmente, observo que a circulação das informações neste universo se dá de um modo muito complexo, ao ponto de alguns trecheiros não terem suficientemente clara a maneira como elas chegaram até eles, o que faz supor que o “boca a boca” – ou seja, que a cultura oral – desempenhe um papel relevante nesse processo. Na realidade, esta prática é recorrente neste universo, onde a troca de experiências se dá principalmente através de interações face a face.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1. Referências bibliográficas

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

ARAÚJO, Carlos Alberto. “A pesquisa norte-americana”. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARAÚJO, Carlos Henrique. “Migração e vida nas ruas”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ARAÚJO, Helyenay Souza. “Etnografia da Recepção: que contribuição esse recurso metodológico pode dar aos estudos sobre a recepção?”. In: XXXII Congresso nacional de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais do XXXII Congresso Nacional de Ciências da Comunicação**. Curitiba: POSIGRAF, 2009.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

BACCEGA, Maria Aparecida. “Recepção: nova perspectiva nos estudos de comunicação”. **Revista Comunicação & Educação**. São Paulo: ECA-USP/Moderna, n. 12, mai./ago. de 1998, p.7 a 16,

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues; FABBRI, Duílio Jr. “Noticiário regional no Brasil e a noção de território: a construção de processos identitários”. In: Congresso Internacional Lusocom, 2006, Santiago de Compostela. **Actas do Congresso Internacional Lusocom**. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2006.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento**. Lisboa: Dinalivro, 2004.

BONFIGLIOLI, Gustavo. **Nas fronteiras do olhar**. Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo da UFSC, 2010.

BRAGA, Adriana; GASTALDO, Édison. “O legado de Chicago e os estudos de recepção, usos e consumos midiáticos. In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n. 39, agosto de 2009, p.78-84.

BROGNOLI, Felipe Faria. “Com a cara no mundo: seguindo o rastro de nômades urbanos”. In: MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELLA, Jorge Luiz Mattar. **Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir territórios em movimento**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DA MATTA, Roberto. “O ofício de Etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’”. In: NUNES, E. O. (org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: Por que surgem, por onde circulam, como são tratados?**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

FRANGELLA, Simone Faria. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeitos e recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende ... [et all]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEAL, Ondina Fachel. “Etnografia de audiência: uma discussão metodológica”. In: SOUSA, Mauro Wilson de (org). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michelle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENDONÇA, Maria Luiza. “Comunicação e cultura: um novo olhar”. In: SOUSA, Mauro Wilton (org.). **Recepção midiática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; BARCELOS, Claudia. “Comunicação e mediações culturais”. In: **Diálogos Midiológicos**. Imago – Volume XXIII, n. 1, janeiro/junho de 2000.

MISKOLCI, Richard. “Do desvio às diferenças”. In: **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 47, 2005, p.9-42,

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. “Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NASCIMENTO, Eurípedes Costa do; JUSTO, José Sterza. “Vides errantes e alcoolismo: uma questão social”. In: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v. 13, n. 13, 2000.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORLANDI, Eni. “Apresentação: a cidade atravessada”. In: ORLANDI, Eni (org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001.

ORWELL, George. **Na pior, em Paris e Londres**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

PERES, Rodrigo Sanches. “Andarilhos de estrada: estudo das motivações e da vivência das injunções características da errância”. **Revista PsicoUSF**, Itatiba, v.6, no.1, junho de 2001.

RÜDIGER, Francisco. “A Escola de Frankfurt”. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL DE SÃO PAULO. **População de rua: Quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SERRANO, Cesar Eduardo Gamboa. **Eu, mendigo: Alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2004. 135 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Gislene. “Jornalismo e construção de sentido: pequeno inventário”. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, vol. 2, n. 2, 2º semestre, 2005, p. 95-107.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAVANCAS, Isabel. “Fazendo etnografia no mundo da comunicação”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

VELHO, Gilberto. “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social”. In: VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. **Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1999.

## 5.2. Referências webgráficas

BELIN, Luciane Leopoldo; PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. “Recepção das informações da imprensa pelos moradores de rua do centro de Curitiba”. In: **XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Anais... Caxias do Sul: Intercom 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2211-1.pdf>>. Acesso: 25 de outubro de 2010.

CARDOSO, Bruna de Freitas. “Mulher em situação de rua: merece um olhar especial”. In: **Portal WebArtigos.com**. Data: 21 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/23576/1/Mulher-em-Situacao-de-Rua-Merece-um-Olhar-Especial/pagina1.html>>. Acesso: 16 de junho de 2010.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, agosto de 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 6 de outubro de 2010.

MENDES, Jussara; SILVEIRA, Sandra. “Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua”. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.4, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/viewFile/997/777>>. Acesso: 25 de outubro de 2010.

OKAMURA, Cintia. “Uma incursão no território urbano da cidade de São Paulo através de seus personagens: estudo psicossocial sobre olhares, imagens e paisagens –

diagnóstico para uma intervenção ambiental”. In: **IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. Anais... Brasília: ANPPAS, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-419-568-20080510235610.pdf>>. Acesso: 25 de outubro de 2010.

SOUZA, Ana Maria de. “Trabalho, migração e modo de existência ‘nômades’”. In: **Anais eletrônicos do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**, 2010, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270400526\\_ARQUIVO\\_historia-oral.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270400526_ARQUIVO_historia-oral.pdf)>. Acesso: 15 de setembro de 2010.

VALLADARES, Licia. “Os dez mandamentos da observação participante”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 63, Fevereiro de 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 25 de outubro de 2010.

### 5.3. Referências de jornais e jornais *online*

BASTOS, Ângela. Morte anunciada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 5 de maio de 2010. Editoria Geral.

BRASIL tem 1,8 milhão de moradores de rua. **Fórum de entidades nacionais de direitos humanos**: online. Disponível em: <[http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=701&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=701&Itemid=2)>. Acesso: 10 de abril de 2010.

CENSO de moradores de rua avança pouco. **Folha Online**: online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115032.shtml>>. Acesso em: 10 de abril de 2010.

CORPO de mulher fica na calçada. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 5 de maio de 2010. Editoria Segurança.

COSTA, José Luiz. Morador de rua de Porto Alegre é pichado enquanto dormia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 de abril de 2010. Editorial Geral.

DAMIÃO, Carlos. A burocracia da morte. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 5 de maio de 2010. Coluna Ponto Final.

\_\_\_\_\_. Cachorrada solta. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 5 de maio de 2010. Coluna Ponto Final.

\_\_\_\_\_. Lá como cá. **Notícias do Dia**, Florianópolis, 2 de fevereiro de 2010. Coluna Ponto Final.

FLORIANÓPOLIS e Joinville entre as cidades do país com mais moradores de rua. **PORTAL A NOTÍCIA**, Joinville, 29 de abril de 2009. Editoria Geral. Disponível em: <  
<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a1845416.xml>>. Acesso em 28 de novembro de 2010.

FRIGHETTO, Maurício. Cercada de polêmica. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 de fevereiro de 2010. Editorial Reportagem Especial, p. 4.

GOVERNO expande centros de referência para atender população em situação de rua. **Portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, 24 de agosto de 2010. Seção Sala de Imprensa. Disponível em <  
<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/agosto/governo-expande-centros-de-referencia-para-atender-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em 28 de novembro de 2010.